

MIGRANTES OU CARENTES?

A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS PELA INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES-AVIM

Dirceu Cutti*

Este artigo, partindo de uma contextualização histórica das práticas institucionais de acolhimento de migrantes na cidade de São Paulo, objetiva detectar até que ponto a especificidade migratória se constituiu em elemento fundante do trabalho desenvolvido pela AVIM-Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes, durante o período de 1985 a 1996¹.

A lida institucional com o migrante - Uma tradição do Estado de São Paulo

Para uma análise da AVIM, enquanto instituição voltada para o atendimento específico a migrantes na cidade de São Paulo, faz-se necessário, antes de mais nada, contextualizá-la na esteira das práticas historicamente implementadas em nível de Estado de São Paulo.

Esta Unidade da Federação constitui, sem dúvida, um locus particular de atuação junto aos processos de deslocamento populacional, porém, o peso das iniciativas não reside em sua quantidade, recai antes sobre o grau de incidência junto aos principais fluxos migratórios.

Trata-se de uma história que remonta há mais de cem anos atrás, quando a necessidade de braços para a lavoura cafeeira tornou-se extremamente imperativa. E para fazer frente à elevada demanda por mão-de-obra, no final do século passado, mais precisamente em 1887, o governo paulista inaugurou oficialmente a famosa Hospedaria dos Imigrantes, com sede no

bairro do Brás, na capital. Com capacidade para abrigar nada menos do que quatro mil pessoas, destinava-se a receber todos os imigrantes que da Europa chegavam ao Porto de Santos viajando em navios de 3ª classe². Constituiu-se, enquanto espaço, no nó central de uma vasta rede de subsídios cuja textura se estendia desde as fazendas do interior do Estado até os mais remotos vilarejos da Europa. Assim sendo, a Hospedaria transformou-se rapidamente num verdadeiro viveiro de mão-de-obra oferecida de sobejo aos cafeicultores. Foi ela que deu suporte àquilo que poderíamos denominar de encurralamento da maciça corrente migratória européia em direção às fazendas de café. Além da Hospedaria construída na capital, outras duas tiveram suas obras iniciadas, porém não concluídas, nas cidades de Santos e Campinas.

Quando começou a declinar a imigração européia, já após a virada do século, fez-se sentir novamente a escassez de mão-de-obra. Por várias vezes o governo paulista tomou para si a iniciativa de subsidiar também a vinda de migrantes internos, especificamente nordestinos e mineiros. Segundo Antonio Jordão Netto³, isso ocorreu pela primeira vez em 1904, ocasião em que o então secretário da Agricultura, Carlos Medeiros, estimulou a vinda de nordestinos prometendo a eles, inclusive, que poderiam retornar após o término das colheitas. Posteriormente, em 1919, enviou uma missão para o Ceará com a tarefa de recrutar mão-de-obra in loco. Porém, foi em 1935, quando governador Armando Salles de Oliveira, que teve início oficialmente uma política migratória subsidiada para os nacionais. Foram celebrados con-

vênios com companhias particulares que se dirigiam ao nordeste do País e ao norte do Estado de Minas Gerais para efetuar o aliciamento de mão-de-obra. Além do dinheiro da passagem, o Estado pagava 60 mil réis por migrante maior de 12 anos e 30 mil réis para menores com idade entre 3 e 12 anos.

Em 1939, com a finalidade de substituir as companhias que praticavam o aliciamento, os serviços de Imigração foram reestruturados. A antiga Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, que passou a se chamar Serviço de Imigração e Colonização, instalou postos de recepção de migrantes nas cidades mineiras de Montes Claros e Pirapora, com locação de funcionários do governo do Estado de São Paulo para ali atuarem diretamente. Os migrantes nordestinos que desciam o rio São Francisco em gaiolas (barcos fechados) eram recepcionados e embarcados no trem às expensas do governo paulista e conduzidos para a Hospedaria dos Imigrantes, donde rumavam em direção às fazendas do interior. Havia uma orientação explícita para que não fosse permitida a permanência na capital de nenhum migrante que passasse pela Hospedaria. Tais procedimentos perduraram até 1943.

A partir da segunda metade da década de 50, o ingresso de migrantes em São Paulo, através da Hospedaria, decaiu sensivelmente. Diante do novo quadro, o então Departamento de Migração e Colonização passou a atender não apenas migrantes, mas também a população indigente pois, segundo A. Jordão Netto, "aquela orientação de mandar a pessoa para o interior do Estado deixou de existir

AVANÇ

e as pessoas acabavam chegando e ficando pela capital mesmo”.

Esta frase, segundo nosso entendimento, constitui um verdadeiro divisor de águas no que tange à concepção do migrante por parte do Estado, que se materializa na criação da Secretaria da Promoção Social do Estado, no ano de 1967. Tanto assim que os serviços de migração, até então subordinados à Secretaria da Agricultura, foram integrados à nova Secretaria. Em um relatório do governo do Estado de São Paulo, referente ao período 1967-1970, publicado no ano de 1970, lê-se: “O mais simples exame das atribuições que a lei confere a este Departamento de Migrantes, confirma, plenamente, que o seu verdadeiro lugar é junto à Promoção Social”. Mais tarde, em 1971, o Departamento de Migrantes passou a denominar-se simplesmente DAIS-Departamento de Amparo e Integração Social.

Porém, para a nova rede que se estava montando, ainda faltava uma peça chave. Foi quando, em 1972, para estar à frente de todos os trabalhos da Secretaria da Promoção Social, foi criada a CETREN-Central de Triagem e Encaminhamento. Mas triagem e encaminhamento de quem?

Migrantes iguais, concepções diferentes

Grosso modo, a história do trato institucional dispensado ao migrante no Estado de São Paulo divide-se em dois momentos. O primeiro que vai da criação da Hospedaria e se estende até meados do presente século e, o segundo, de quando foi criada a Secretaria da Promoção Social até os dias de hoje.

O que distingue estes momentos? Os migrantes com suas características regionais, sua procedência? Não! A diferença deve ser buscada em outro nível, pois tanto os pobres italianos trazidos em navios de terceira classe, quanto os cearenses que desciam em gaiolas pelo rio São Francisco foram concebidos como braços indispensáveis para a lavoura paulista. Todavia, os mesmos cearenses que passaram a desembarcar na cidade de São Paulo a partir de meados do presente século para nela permanecer, em nada eram diferentes dos que os antecederam. Carregavam consigo os

mesmos sonhos, as mesmas carências e eram portadores de uma mesma qualidade - sua força de trabalho -. Mas o contexto já não era o mesmo, a agricultura do interior já não os absorvia e a cidade de São Paulo, em seu processo de expansão industrial e conseqüente urbanização, deixava a muitos recém-chegados à margem. Disso adveio uma nova concepção de migrante por parte dos que atuavam via instituição. E quem melhor a explicitou foi o próprio Antonio Jordão Netto ao declarar na entrevista acima referida: “O problema surgiu quando a migração deixou de ser solução para ser problema”.

A partir desta afirmação é que se compreende o chamado segundo momento. E foi por isso que o Departamento de Migrantes, quando criada a Secretaria da Promoção Social, foi a ela subordinado. E fica fácil também entender a razão deste Departamento passar a denominar-se DAIS. Pois, mais do que uma simples troca de nomenclatura, isso revela a mudança na concepção de quem é o migrante que passa pelas instituições. Mas a definição não se limita à concepção do migrante como um problema, na verdade há uma radicalização descendente que o coloca - nem sempre nos discursos, mas via de regra na prática - no patamar mais inferior da escala social, ele passa a ser confundido com o indigente.

Após 80 anos constando a palavra “migrante” em denominações de órgãos governamentais, este termo é substituído pela palavra “integração”. Ou seja, aquela mesma pessoa que antes era trazida a dinheiro passa a ser um desintegrado. Interessante observar que o migrante passa então a engrossar o rol das camadas da



Foto: Dirceu Cutti

população em estado de inadaptação social - a denominada clientela da Secretaria da Promoção Social - assim elencada: menores, migrantes, desempregados, mães solteiras, prostitutas, mendigos, velhice desamparada e vítimas de calamidades públicas.

Mas, o órgão da Secretaria que esteve à frente do atendimento ao “novo” migrante foi a CETREN. O que é a CETREN e qual a sua finalidade? Primeiramente vale dizer que ela foi e continua sendo entendida pelo senso comum como uma instituição destinada a acolher especificamente migrantes, tanto é que não raro vê-se esta sigla grafada com M e não com N. E para dar razão ao senso comum basta citar um dado de uma amostra da

“clientela” desta repartição, referente ao período de outubro a dezembro de 1976, a qual revela que 76,5% eram migrantes e apenas 23,5% não-migrantes (Netto, 1980). Ressalte-se, porém, que foram considerados como não-migrantes todos os que residiam na capital a contar dos seis meses com a intenção de nela permanecer, um critério que, se alargado, poderia ampliar significativamente a diferença constatada.

Contudo, diferentemente do que os dados acima apontam e do que o senso comum concebe, a Secretaria da Promoção Social instituiu a CETREN não para atender migrantes, mas para triar carentes, dentre os quais foram enquadrados os que vivenciavam a condição de migrantes, que, no dizer de Carlos Vainer, “são portadores sim de carências, mas é a instituição que lhes imputa a pecha de carentes”⁴. Ou, como se observa no que foi dito a respeito do público da CETREN - “...a própria procura de recursos institucionais do Estado representa, num certo sentido, a aceitação de sua condição de marginais...” (Netto, 1980, p.58) -, há uma tendência em conceber os que sofrem de maneira mais aguda os problemas da sociedade como responsáveis por sua condição social. Numa expressão extremada, diríamos que há uma tendência em transformar a vítima em algoz de si mesma.

Com isso, a CETREN, por ironia da história, acabou em grande medida desempenhando um papel contrário ao da Hospedaria - de subsidiar, mediante a farta distribuição de passes ferroviários, a saída de migrantes -, em outros termos, o afastamento de carentes.

O surgimento da AVIM

Por iniciativa do então seminarista Alberto R. Zambiasi, membro da Congregação dos Missionários Escalabrinianos, fundada em 1887 com a finalidade de atender aos italianos que emigravam para a América, surgiu em São Paulo, no ano de 1974, a AVIM-Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes.

Partindo de uma outra concepção de quem é o migrante - uma pessoa humana portadora de direitos, um batalhador valente que deixa o campo, sobretudo do

Nordeste para arriscar uma vida melhor na cidade, como vítima da seca e do latifúndio - a AVIM propõe-se a desenvolver um trabalho que possibilite uma melhor integração do migrante em seu novo lugar de destino, a periferia da cidade de São Paulo.

Com sua sede estabelecida no Ipiranga, um bairro tradicional de classe média, os membros da Associação desenvolviam seu trabalho em bairros da distante periferia, principalmente das Zonas Sul e Leste da cidade. Através dos clubes de mães existentes nas Comunidades Eclesiais de Base, reuniam em especial jovens recém-chegados com os quais desenvolviam cursos profissionalizantes visando sua inserção no mercado de trabalho, além de palestras de cunho formativo visando sua integração na cidade através do convite à participação nas Comunidades.

Dez anos mais tarde, já tendo transferido sua sede para a Várzea do Glicério, próximo ao marco zero da cidade, por coincidência ao lado da rodoviária dos nordestinos instalada provisoriamente nos baixos de um viaduto, os membros da Associação começaram a ter contato não só com os migrantes que ao chegar se dirigiam às periferias distantes, mas também com aqueles que acabavam tendo como destino a portaria da CETREN.

O novo contexto impôs à Associação novas práticas. A primeira delas foi o trabalho da ronda noturna. Os voluntários percorriam os terminais rodo-ferroviários da cidade onde recolhiam os que chegavam sem saber para onde ir e os encaminhavam para as instituições que lhes dispensavam atendimento. A CETREN constituía-se no destino de muitos.

AVIM

Uma casa de acolhida e encaminhamento de migrantes

Os desafios impostos à AVIM pelo novo contexto, somados à má fama dos serviços prestados aos que passavam pela CETREN, fizeram com que a Associação, a partir de 1980, começasse ela mesma a acolher migrantes recém-chegados e/ou em trânsito em sua própria sede. Para se ter uma idéia de como era o atendimento

dispensado pela CETREN, basta dizer que houve um período em que funcionários públicos estaduais para lá eram transferidos a título de castigo. Ou então mencionar o que nos disse o prof. Carlos Vainer num encontro mantido com nosso grupo de estudos, ao reproduzir uma conversa ocorrida entre um pesquisador e um guarda de um terminal de desembarque em São Paulo⁵. O pesquisador perguntou ao guarda para onde ele encaminhava os migrantes que o procuravam. Este respondeu que os encaminhava para a CETREN e para a AVIM. Quis saber também o entrevistador se ele tinha algum critério que norteava o encaminhamento para uma ou outra instituição, ao que este respondeu: “Eu olho as pessoas e quando vejo que é alguém que precisa de carinho, eu mando para a AVIM; na CETREN, a pessoa precisa de mais estrutura para aguentar o tranco”!

A partir de 80, portanto, as demandas apresentadas pelos serviços de acolhida de migrantes por parte da AVIM, que requeriam como contrapartida um encaminhamento, muito rapidamente absorveram todo o potencial da entidade e os trabalhos desenvolvidos nos bairros da periferia distante deixaram de ser realizados. Com esta mudança radical sofrida pela Associação, a cidade de São Paulo passou novamente a contar com uma instituição voltada especificamente para o atendimento de migrantes.

AVIM

Um albergue a mais?

A Associação, que num determinado momento chegou a contar com 250 sócios voluntários; que lançou o jornal “O Migrante”, com 13 edições; que pleiteou a instalação de cabines de recepção de migrantes junto aos maiores terminais de desembarque; que cogitou a possibilidade da criação de uma agência de empregos e, que, entre outros objetivos e planos iniciais sonhou em ramificar-se para outros Estados, viu-se, a partir do ano de 1986, reduzida aos trabalhos da sede e ao Posto de Recepção instalado junto ao Terminal Rodoviário do Tietê, sob o comando efetivo, em que pese haver sempre um padre destinado para acompanhar a entidade, de apenas duas pessoas, perdendo assim o caráter de Associação.

No tocante ao atendimento, a casa com capacidade para 150 leitos chegou até a abrigar 300 pessoas, prejudicando sensivelmente a qualidade dos serviços prestados. Diante do novo quadro, rapidamente a AVIM passou a ser identificada como sendo um albergue a mais existente na cidade.

Frente ao ocorrido, surge a indagação: teria a AVIM simplesmente abandonado seu ideário inicial ou teria ela, a partir do momento em que se transformou em instituição de atendimento a migrantes, passado a trilhar uma rota que a conduziria às práticas e filosofia de trabalho da instituição albergue?

O que revelam os dados

Um indicativo da performance assumida pela AVIM encontra-se nos próprios registros da entidade. Passemos então a verificar o que nos mostram os dados⁶.

A primeira constatação diz respeito ao constante crescimento do número de atendimentos. Enquanto a amostra referente ao ano de 1985 equivale a 7,5% do total, a de 1992 (1º semestre) foi superior a 18,0%. Este dado, por si só, vai na contra-mão das últimas indicações censitárias que apontam não apenas uma diminuição do tradicional fluxo de migrantes em direção à capital paulista, bem como a apresentação de saldo migratório negativo. Até que ponto é possível cotejar indicações censitárias com os dados da AVIM, foge ao mérito deste artigo. Entretanto, estes simples dados por si só já provocam um questionamento quanto à própria instituição, ou seja, a quem ela atende? Ou, melhor dizendo, qual foi a evolução do perfil dos atendidos pela AVIM no período em questão?

Primeiramente vale informar alguns dados mais gerais referentes ao período como um todo. Em termos de procedência⁷ por regiões, a maioria absoluta (53%) disse estar vindo da própria região Sudeste e, em segundo lugar, com significativa diferença (27%), declararam proceder da região Nordeste. Segundo o gênero, 69% eram do sexo masculino e, no tocante às faixas etárias, 58% apresentaram idade entre 21 e 40 anos. Outro dado geral reporta-se ao que a instituição denominou como "problema apresentado". Do total,

52,3% declararam motivos referentes ao trabalho e, em segundo lugar, 17,6%, encontram-se os que responderam estar em trânsito. Depreende-se disso o perfil predominante dos assistidos pela AVIM: pessoas do sexo masculino, em plena idade produtiva, procedentes da região Sudeste e em busca de trabalho.

Porém, informações relevantes fogem totalmente ao caráter dos dados mais gerais. Por isso, passemos a observar algumas especificidades a partir da frequência dos dados.

De acordo com informações que tomam como base de leitura a frequência do quesito "acompanhantes", constatamos que o dado geral referente aos acompanhados com familiares é da ordem de 43%, contra 47% dos não acompanhados, uma diferença relativa insignificante. Porém, um simples piscar de olhos na evolução dos dados faz-nos perceber como estes índices falseiam a dinâmica que se apresenta ao longo dos anos. Os resultados por nós obtidos revelam nitidamente, por um lado, um crescimento constante dos atendidos na condição de desacompanhados, passando de 42% em 85 para 55% em 91 e, por outro, uma diminuição daqueles acompanhados com familiares, de 56% em 85 para apenas 32% em 91.

Em termos de regiões, a mesma observação dos dados revela novas particularidades. Verifica-se, por exemplo, para a região Sudeste, que de 85 a 88 havia uma prevalência dos que chegavam à AVIM acompanhados com familiares em relação ao desacompanhados. A partir de 88, entretanto, esta relação não apenas se inverte, mas cria uma defasagem muito acentuada, chegando o número dos não acompanhados, no 1º semestre de 92, a ser praticamente três vezes superior ao dos acompanhados com familiares. A região Nordeste, por sua vez, apresentou superioridade para os acompanhados com familiares até 1989 e daí em diante uma relação de equilíbrio entre uns e outros. O maior índice relativo dos acompanhados com familiares pertence à região Nordeste (52,6%) e o menor à região Sudeste (39,7%).

Igualmente chama a atenção, ainda no tocante à variável "acompanhantes", os que chegaram à AVIM acompanhados por

terceiros, apresentando um crescimento permanente, passando de 2% em 85 para 13% em 91 e 18% no 1º semestre de 92. Quanto a estes, o desdobramento por nós efetuado para o item trabalho do problema apresentado, revelou que 24% declararam como motivo de estarem na instituição a perda do emprego, sendo que em 85 este percentual era de apenas 10,1%, e em 91 elevou-se para 33,5%. Estes dados apontam para a possibilidade de que uma parte destes grupos seja formada por pessoas que, ocupando o mesmo emprego, ao serem despedidas viam-se também desprovidas de moradia e juntas acabavam procurando abrigo na Instituição. Ou seja, sua crescente presença pode ser reflexo direto do aumento do desemprego.

Outra variável da pesquisa para a qual queremos chamar a atenção diz respeito ao tempo de permanência. A média de permanência na casa para os que ficaram entre 1 e 5 dias foi de 38,3% e de 17,2% para os que ficaram entre 6 e 10 dias. Todavia, os que permaneciam pelo período mínimo caíram de 52,8% em 85 para 23,9% em 91 e, em contrapartida, o percentual dos que permaneceram entre 6 e 10 dias elevou-se de 10,4% em 85 para 27,3% em 91. Mas há um outro dado que merece atenção quanto a este quesito, é o percentual dos que ficaram sem resposta, ou seja, daqueles em que não constava no registro da entidade a data da saída, que foi de 36,4%, chegando a 50,5% no ano de 1990, contra 24,4% em 1985⁸. Este dado, em que pese o atenuante acenado, por si só é revelador da crescente precariedade do acompanhamento efetuado pela entidade junto aos atendidos. E esta afirmação encontra respaldo no índice dos "sem resposta" verificado no levantamento posterior dos dados referentes ao ano de 1996, consoante à variável "acompanhamento", que foi da ordem de 95,4%. Por sua vez, as colunas do tempo de permanência de 1 a 5 dias e de 6 a 10 dias revelam a crescente dificuldade com que se defronta a instituição no tocante ao encaminhamento das pessoas atendidas.

Olhando para estes números, duas explicações aparecem como plausíveis. A primeira de que a AVIM, além de sofrer diretamente os reflexos do que ocorre no campo da migração, sofre antes os reflexos do que ocorre na sociedade mais geral e,

em consequência direta disso, aí estaria a segunda possível explicação, a de que a AVIM passou a atender um número cada vez maior de moradores de rua da cidade, os quais buscam o abrigo da Instituição de acordo com suas conveniências, fazendo do espaço da AVIM um lugar apenas de pernoite a mais.

Aliás, os dados referentes ao item procedência reforçam estas afirmações. Considerando-se o grande peso da região Sudeste, com 53% do total, cuja participação mostrou-se ascendente, de 50,3% em 85 para 58,8% em 91, há que se mencionar que o Estado de São Paulo sozinho respondeu por aproximadamente um quarto do total dos atendimentos (34,1%), dos quais 41,0% declararam como procedência a própria capital.

Ainda quanto à procedência, por Unidades da Federação, em 2º lugar, mas bem abaixo de São Paulo, encontra-se o Estado de Minas Gerais com 13,2%, seguido do Paraná com 8,4%, Pernambuco com 8% e Bahia com 7,2%, perfazendo juntos um percentual de participação do público pesquisado de mais de 70%. Destas Unidades da Federação, além de São Paulo, a única que apresentou crescimento foi a Bahia.

Por último, uma observação quanto aos que apresentaram como problema o fato de estarem em trânsito, 17,6% do total. Destes, no ano de 85 consta que 62,5% seguiram viagem, contra apenas 27,1% que o fizeram em 91. Isso pode estar apontando para uma crescente indefinição quanto ao destino dos que caem na dependência das redes institucionais de apoio.

Considerações finais

A partir do que os próprios dados revelam e das informações obtidas através das entrevistas realizadas com representantes e funcionários da AVIM, praticamente unânimes em afirmar que no começo a instituição recebia grande número de migrantes, mas ultimamente estes constituíam uma minoria, duas considerações cabem ser feitas.

A primeira delas vem corroborar uma suspeita que surgiu logo no início de nosso trabalho de pesquisa, qual seja, de que a AVIM estivesse atendendo um número significativo de moradores de rua da própria cidade, que segundo dados de uma

pesquisa efetuada em 1991 junto a esta população, a maioria declarou ser originária da própria região Sudeste, sendo 30% nascidos no Estado de São Paulo. (Vieira, 1992). Este dado também sinaliza na direção de que a AVIM se transformou num albergue a mais. Mas, principalmente, confirma que a concepção de migrante foi também subvertida. Os objetivos iniciais da AVIM sucumbiram e, novamente, o conceito de carente passou a ser o filtro por onde toda a atuação da entidade passou a fluir, reduzindo com isso a especificidade migratória a um ingrediente a mais, entre tantos outros, presente na instituição. E quem verbalizou esta concepção foi um membro da própria direção da entidade quando, na entrevista, fez uso reiterado do termo "coitados" ao se referir ao público atendido.

A AVIM transformou-se, nitidamente, numa caixa de ressonância dos problemas da sociedade, revelando-se impotente para salvar uma identidade própria.

"Clientela", "carentes", "marginais", "indigentes", "coitados", são expressões que há tempo recaem previamente nos ombros daqueles que em suas sofridas andanças ingressam na malha institucional.

A distinção que resta fazer entre os papéis desempenhados pela CETREN e pela AVIM é de que a primeira foi de encontro ao migrante partindo da ótica do carente e a segunda foi de encontro ao carente partindo da ótica do migrante.

**Dirceu Cutti é integrante da equipe do Centro de Estudos Migratórios e membro da atual diretoria da AVIM.*

NOTAS

(1) O presente texto foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa "As Práticas Institucionais de Acolhimento de Migrantes na Cidade de São Paulo", que vem sendo realizada por um grupo aberto de estudo sobre migrações, coordenado pelo Centro de Estudos Migratórios e pelo Laboratório de Geografia Urbana do Dpto. de Geografia da USP, sob a orientação do Prof. H. Dieter Heidemann. Neste sentido, o mérito das informações são devidas ao grupo, porém as afirmações contidas no texto são de inteira responsabilidade do autor.

(2) Até 1938, a Legislação brasileira apenas considerava como imigrante o estrangeiro que chegasse a um porto do Brasil viajando de 3ª classe.

(3) As informações que se seguem têm como base uma entrevista com o prof. Antonio Jordão Netto, realizada pelo grupo de estudo acima referido, na sede da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social do Estado de São Paulo, aos 17 de agosto de 1995, complementadas com a leitura dos Boletins do Dpto. de Imigração e Colonização, além de fontes escritas da

Secretaria da Promoção Social do Estado.

(4) Palestra proferida em Ribeirão Preto aos 24/6/96.

(5) Conversa mantida pelo grupo de estudo com o prof. Carlos Vainer em São Paulo, na sede do CEM, aos 9/6/1993, ocasião em que expôs os resultados de uma pesquisa por ele coordenada. (Vainer, 1982)

(6) Um dos itens contemplados na pesquisa diz relação ao estudo dos registros mantidos pela AVIM, dos quais a parte atinente ao levantamento e tabulação dos dados já foi levada a termo. Através de um rastreamento pormenorizado envolvendo desde o mês de janeiro de 1985 até o mês de junho de 1992, constatamos a passagem pela AVIM de 43.923 pessoas. Deste total, extraímos uma amostra de 2601 casos, o que corresponde a 5,9% do total do universo pesquisado. Num momento posterior, procedemos a um novo levantamento com base nos registros de 1996 no sentido de observar se algumas tendências verificadas ao longo do tempo sofreram alterações.

(7) A AVIM não coletou a informação quanto à origem das pessoas.

(8) Este fato merece um esclarecimento: As informações referentes ao tempo de permanência na casa, bem como consoante ao encaminhamento, são colhidas no ato em que a pessoa atendida deixa a Instituição e não no momento da sua chegada. Como as pessoas deixam a casa na parte da manhã, em bloco, o controle da saída apresenta fragilidade e, pelo que pudemos depreender, a grande lacuna dos sem resposta poderia estar ocorrendo em virtude dos que utilizam a casa apenas para o pernoite.

(9) A informação quanto a este item apresenta os mesmos problemas observados na nota anterior; 28,7% encontravam-se sem resposta.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Creusa et Alii
(1985) *O Migrante nas CEBs e na CETREN - Uma análise crítica da problemática e da atuação do Serviço Social*. Faculdade Zona Leste de São Paulo, mimeo.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL
(1970) *Relatório das Atividades do Departamento de Migrantes durante o período de 1967-1970*. (mimeo)
- NETTO, Antonio Jordão
(1980) "Migrações e Formação de Populações Marginais em São Paulo". *Cadernos PUC, Ciências Sociais*, nº 2. São Paulo, EDUC, Cortez Editora, pp.37-58.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(1937-1952) *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n.ºs. 1,2,3,4,5 e 7. São Paulo.
- SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL
(1976) *Documento Técnico nº 1 - Diretrizes, o que faz, como atua através das Regionais*. São Paulo, Divisão de Divulgação e Relações Públicas da Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, pp. 5-21.
- SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL
(1970) *Bases para Definição Operacional da Secretaria da Promoção Social*. Governo Abreu Sodré. São Paulo, Oficina do Ensino Profissional do Instituto Modelo de Menores.
- VAINER, Carlos Bernardo
(1982) *Políticas e Estruturas de Acolha de Migrantes nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo - Análise Comparativa*. Série: Relatórios de Pesquisa Nº 1. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al. (Org.)
(1992) *População de Rua: Quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Secretaria Municipal do Bem-Estar Social - Prefeitura de São Paulo/Hucitec.